

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.764 - MG (2019/0187377-9)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**RECORRENTE** : JOUBERT DA CRUZ AGOSTINHO (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por JOUBERT DA CRUZ AGOSTINHO em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou o *writ* de origem, assim ementado (fl. 82):

HABEAS CORPUS - DANO QUALIFICADO - CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO PREVENTIVA - QUEBRA DE COMPROMISSO - NECESSIDADE DE ASSEGURAR A ORDEM PÚBLICA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante pela prática do delito tipificado no art. 163, III, do CP.

O recorrente busca a revogação da prisão preventiva, alegando que a custódia deve ser revogada por estarem ausentes os requisitos ensejadores da segregação cautelar, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido, requer a concessão do *habeas corpus* para revogar a custódia ou impor cautelares diversas.

Entretanto, conforme informações de fls. 123/124, verifica-se que no dia 19/6/2019, o juízo de primeira instância rejeitou a denúncia e determinou a imediata expedição de alvará de soltura em favor do acusado, de modo que não há como negar a prejudicialidade deste recurso.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*, cassando-se a liminar anteriormente deferida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator